



**RECONHECER OS  
PROFISSIONAIS  
DA EDUCAÇÃO**



SINDI  
DA

**EDITORIAL****P.3** VALORIZAR OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**AÇÃO SINDICAL****P.4** FNE E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO REGRESSARAM À NEGOCIAÇÃO**P.5** CIRCULAR DA UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS COM GRAVE ATROPELO À LEI**P.6, P.7** FNE REFORÇOU EXIGÊNCIA NA REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO EM EDUCAÇÃO**P.8** REGRESSO AO ENSINO PRESENCIAL DEVE SER PRUDENTE**NA MINHA OPINIÃO****P.9** UM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO QUE RECONHEÇA O EMPENHO, VALORIZE O PROFISSIONALISMO E DIGNIFIQUE A CARREIRA DOS PROFESSORES**WEBINÁRIO****P.10, P.11** JÚLIO PEDROSA: “A PANDEMIA TEM QUE SER FONTE DE INSPIRAÇÃO”**P.12, P.13** COUTO DOS SANTOS: “FALTA UMA VISÃO INTEGRADA DA EDUCAÇÃO”**P.14** EDUARDO SÁ: “ENSINO-APRENDIZAGEM E DISTÂNCIA LIGAM MAL”**NÃO DOCENTES****P.15** SEM CULPA, COM RESPONSABILIDADE**INTERNACIONAL****P.16, P.17** FORMAÇÃO VOCACIONAL DURAMENTE ATINGIDA PELA PANDEMIA**SAÚDE****P.18** DICAS PARA TRABALHAR EM TELETRABALHO COM MAIS QUALIDADE**LEGISLAÇÃO****P.19, P.20** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 JAN. A 25 FEV. DE 2021**+VANTAGENS FNE****P.21** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

FEVEREIRO 2021

**proprietário**

Federação Nacional da Educação

**diretor**

João Dias da Silva

**produção de conteúdos**

Joaquim Santos e Tiago Soares

**secretariado**

Teresa Morais

**sindicatos membros**

Sindicato dos Professores da Zona Norte \*

Sindicato dos Professores da Zona Centro \*

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e

Vale do Tejo \*

Sindicato Democrático dos Professores do Sul \*

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \*

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \*

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \*

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte \* Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \*

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

**tesoureiro**

Joaquim Fernandes

**redação**

Rua Pereira Reis, 399 \* 4200-448 Porto \*

tel. 225 073 880 \* fax. 225 092 906 \*

secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**

Rafael Marques e Tiago Soares



# VALORIZAR OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Sabemos que a pandemia COVID-19 teve como consequência a necessidade de se adotarem difíceis medidas legislativas de emergência, também na área da Educação, o que conduziu à quebra de condições para o lançamento de processos negociais que a FNE não cessou de reclamar.

Mas a FNE considera que, independentemente da contínua monitorização que deve ser feita sobre as condições em que se garante, ou remota ou presencialmente, o processo de ensino-aprendizagem nas nossas escolas, e da contínua adaptação legislativa que se tornar necessária, não pode persistir a interrupção dos processos negociais que devem ter em vista a solução de problemas identificados, conhecidos e que continuam a aguardar solução.

A pandemia não pode servir de argumento para que os problemas estruturais que se prendem com os profissionais da Educação sejam ignorados e adiados.

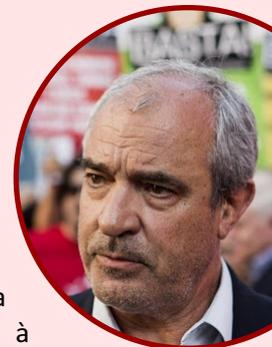
Ainda neste mês que está a acabar, os ministros da Educação da União Europeia reconheceram que “Mais do que nunca, é preciso prestar atenção ao bem-estar dos professores, formadores e pessoal educativo nos sistemas de educação e formação, o que constitui um fator importante também para a qualidade da educação e formação, pois afeta não só a satisfação do professor, mas também a qualidade de ensino.

Há também a necessidade de aumentar a atratividade da profissão docente e revalorizá-la, o que se torna cada vez mais importante à medida que os países da UE enfrentam escassez e o envelhecimento de professores.”

A FNE tem assinalado sistematicamente a necessidade de se proceder à revisão de legislação que se tem revelado portadora de mal-estar. Não se pode ignorar que há um quadro legal inalterado que reconhecidamente tem contribuído para o crescimento de todo indesejável de mal-estar e insatisfação e que muitas vezes se traduz até em exaustão dos profissionais da Educação. Quem perde é a qualidade do nosso sistema de educação e formação.

É por estas razões que a FNE não tem desistido – e não desiste – de insistir em procurar que os fatores de perturbação sejam eliminados, que as condições e horários de trabalho sejam ajustados e permitam a conciliação do tempo de trabalho com a vida familiar, que as carreiras sejam atrativas, quer do ponto de vista remuneratório, quer do ponto de vista do seu equilibrado desenvolvimento, que se eliminem todos os fatores de precariedade, incerteza e insegurança.

Para termos um sistema de educação e formação de qualidade, temos de valorizar os profissionais da Educação.



*João Dias da Silva*

João Dias da Silva  
Secretário-Geral

# FNE E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO REGRESSARAM À NEGOCIAÇÃO

Numa reunião que tinha por objetivo a apreciação de medidas transitórias e temporárias, a FNE reiterou ao Secretário de Estado Adjunto e da Educação e à Secretária de Estado da Educação, a necessidade de que tão cedo quanto possível se possa passar para a negociação de matérias essenciais à valorização dos Docentes e à atratividade da profissão Docente, bem como à valorização dos Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais, para o que se impõe a abertura dos respetivos processos negociais, tendo o Ministério reafirmado a disponibilidade para que em processos futuros estas matérias venham a ser consideradas.

Foram também suscitadas outras questões como a da urgência da vacinação para docentes e não docentes com a FNE a defender que isso aconteça quando forem retomadas as aulas presenciais, assim como avaliar a situação dos casais de docentes com filhos menores, propondo um mecanismo legal de apoio, prevendo a necessidade de um deles ter de faltar sem prejuízo remuneratório.

A FNE insistiu ainda na responsabilidade do Ministério da Educação na garantia do fornecimento do equipamento e das condições indispensáveis à concretização do ensino remoto, tendo defendido que, não sendo possível a concretização desta obrigação, se assegure o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira aos Docentes que estarão a utilizar o seu equipamento em serviço do ensino a distância.

Em relação aos temas em agenda para esta reunião, uma das propostas dizia respeito ao calendário do reconhecimento de profissionalização em serviço desenvolvida pela Universidade Aberta e outras instituições, o que constitui a consolidação de uma reivindicação da FNE e que tem tido tradução ao longo dos anos. A medida proposta alarga o prazo desse reconhecimento até ao final do ano letivo de 2020/2021, tendo a FNE proposto que se preveja desde já o alargamento deste prazo.

Outra proposta apresentada pelo Ministério da Educação respondia à necessidade manifestada pela FNE de se alargar o prazo dos efeitos das ações de formação contínua realizadas no âmbito da capacitação digital de professores para a Escola Digital, para efeitos de consideração nem termos de formação científico-pedagógica. Embora esta proposta constitua um avanço significativo, a FNE entende que se deveria ainda alargar a todas as ações na área das TIC que, para além de promoverem a capacitação digital, contribuam para a mudança e a melhoria das práticas e metodologias de ensino.

A última proposta apresentada pelo ME incluía várias matérias, nomeadamente um conjunto de ajustamentos relativos às condições que garantam o cumprimento do direito a férias dos Docentes, tendo em linha de conta as alterações que se tornaram necessárias no calendário escolar, o que mereceu a concordância da FNE. Também na proposta do Ministério da Educação se referia a necessidade de um ajustamento dos prazos do ciclo avaliativo dos Docentes, prevendo-se que a FNE venha a ser chamada para intervir na apreciação de um projeto de Despacho que identifique e determine orientações sobre todas as adaptações que forem imprescindíveis.

A FNE fez um balanço positivo da reunião com o Ministério da Educação, desde logo destacando o simples facto de ter acontecido, mas também por reconhecer na tutela disponibilidade para negociar.



# CIRCULAR DA UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS COM GRAVE ATROPELO À LEI

**FNE alertou para forte atropelo ao conteúdo funcional dos educadores de infância pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP).**

A FNE tomou conhecimento de uma circular emitida pela União das Misericórdias Portuguesas, datada de 25 de janeiro do presente ano, em que se sustenta a possibilidade dos educadores de infância realizarem atividades fora do seu conteúdo funcional que lhes está determinado no Acordo Coletivo de Trabalho em vigor para os trabalhadores das Misericórdias Portuguesas.

Esta orientação veio no seguimento da publicação do Decreto nº 3-C/2021 de 22 de janeiro que procede à suspensão - de 22 de janeiro a, pelo menos, 5 de fevereiro de 2021 - das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos e do setor social e solidário, de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, interrompendo assim as respetivas funções letivas e não letivas dos educadores e professores destes níveis de ensino.

Ora, pretendia a União das Misericórdias colocar os educadores de infância em tarefas no âmbito de diferentes valências destas instituições, ao abrigo da figura da mobilidade funcional, prevista no Código do Trabalho, nomeadamente as que são atribuídas ao Animador Sociocultural e Educador Social, categorias profissionais estas que integram o grupo dos trabalhadores sociais.

Não pode a União das Misericórdias extrapolar o conteúdo funcional do educador de infância, cujas atividades que desenvolve são eminentemente pedagógicas e orientadas para o desenvolvimento global de crianças dos 0 aos 5 anos, de acordo com “as orientações curriculares” definidas em diploma legal, com as atividades de caráter recreativo específicas do conteúdo funcional do Animador Sociocultural e Educador Social.

A FNE salientou através de um comunicado, que o educador de infância baseia toda a sua atividade com as crianças da educação

pré-escolar nos objetivos pedagógicos definidos em lei com uma intencionalidade educativa muito específica, e que implica uma reflexão sobre as finalidades e sentidos das suas práticas pedagógicas, os modos como organiza a sua ação e a adequa às necessidades das crianças. Confundir este papel ímpar que o educador de infância consubstancia, em toda a atividade com as crianças envolvendo sempre a componente lúdica, com o papel dos trabalhadores sociais, é uma séria ofensa à dignidade profissional do conteúdo funcional do educador de infância.

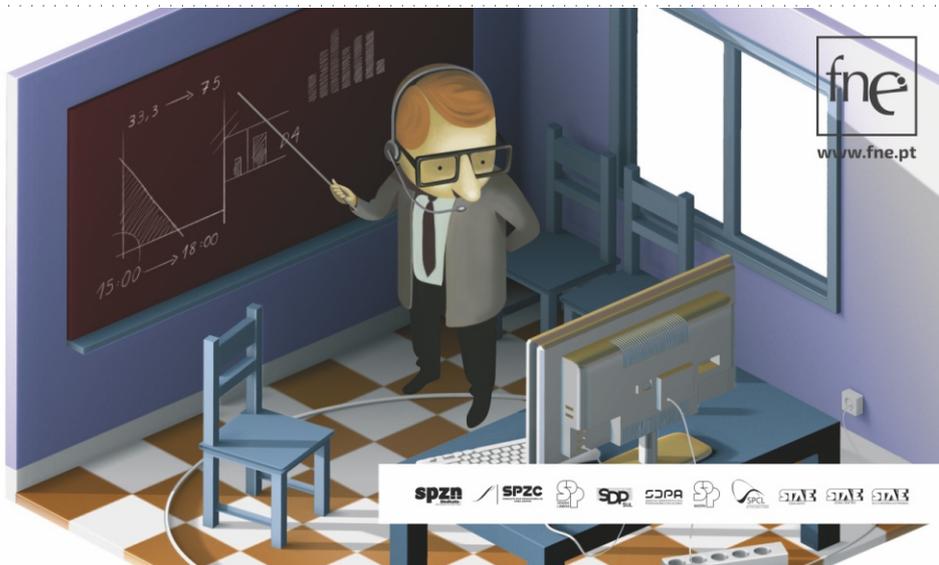
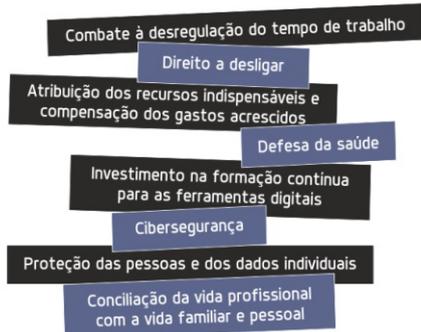


Aliás, tem sido comum esta prática de desvio de funções de outros trabalhadores destas Instituições, em desrespeito pelas suas carreiras e respetivos conteúdos funcionais, o que merece também a nossa total reprovação.

A FNE alertou as Misericórdias Portuguesas para o grave atropelo que esta circular coloca à lei e à dignidade profissional dos educadores de infância e apelou a todos os seus associados e educadores em geral que estejam a ser alvo daquela ilegalidade que procurem o apoio dos sindicatos da FNE da sua área de residência.

**A FNE recusou prontamente esta orientação da União das Misericórdias Portuguesas, porque viola o conteúdo funcional que está definido no instrumento de regulamentação coletiva.**

# TELETRABALHO EM EDUCAÇÃO



## FNE REFORÇOU EXIGÊNCIA NA REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO EM EDUCAÇÃO

A poucos dias de ser retomado aquilo que se designa por Ensino Remoto de Emergência, a FNE reforçou o quanto é essencial promover a clarificação do enquadramento legal para as condições de trabalho em Educação que recorram às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e em que, com maior ou menor flexibilidade, o docente realiza trabalho presencial com os seus alunos ou o desenvolve com o apoio de ferramentas telemáticas.

Foi neste quadro que a FNE identificou de novo, nesta segunda fase de ensino remoto, as seguintes linhas reivindicativas para o futuro próximo, em termos de trabalho docente a realizar com recurso às TIC, nomeadamente em contexto de teletrabalho, considerando essencial que se estabeleça um espaço de negociação e de diálogo social, que vise o enquadramento destas situações:

- o combate à desregulação do tempo de trabalho;
- a determinação do direito a desligar;
- a dotação dos recursos indispensáveis ao teletrabalho e à compensação dos gastos acrescidos que lhe estão associados;
- a defesa da saúde, evitando as doenças associadas ao teletrabalho;
- o investimento na formação contínua para a adequada utilização destas ferramentas digitais;
- a cibersegurança e a proteção das pessoas e dos dados individuais;
- a conciliação da vida profissional com as vidas pessoal e familiar.

**O direito a desligar-se deve estar previsto e regulamentado, evitando-se dessa forma a tendência para a instalação de culturas de trabalho caracterizadas pela intensidade autoimposta e pela disponibilidade constante.**



**Regresso do ensino remoto de emergência fez a FNE reforçar a campanha «Teletrabalho em Educação»| Recorde aqui em vídeo o comentário do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva: "O Ministério da Educação falhou!"**

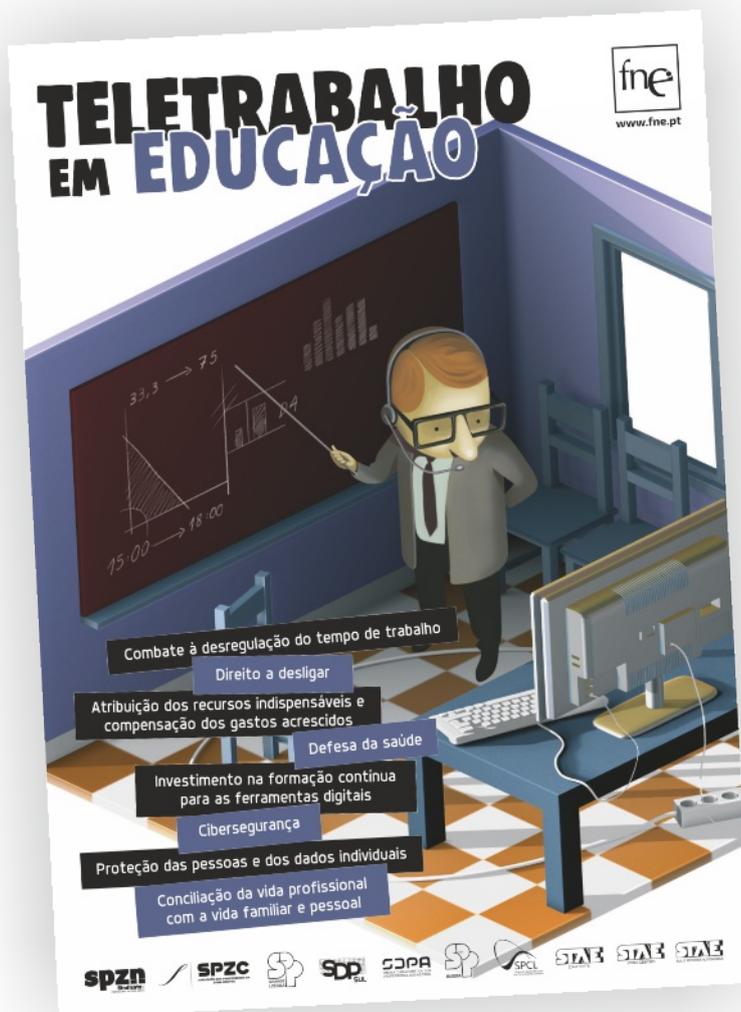
Para a FNE, será no âmbito da negociação coletiva e do diálogo social que se deve desenvolver a conceção e execução dos regulamentos adequados, com medidas que permitam registar, acompanhar e controlar o seu tempo de trabalho, mas promovendo de forma efetiva a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

O direito a desligar-se deve estar previsto e regulamentado, evitando-se dessa forma a tendência para a instalação de culturas de trabalho caracterizadas pela intensidade autoimposta e pela disponibilidade constante.

As condições de defesa da saúde devem constituir outro aspeto essencial a regulamentar, em áreas como a organização do seu trabalho e do seu local de trabalho, devendo ser garantido o acompanhamento de avaliações e gestão dos riscos psicossociais, tal como o stress.

**"A FNE defende o pagamento da internet e apoio à aquisição de equipamentos dos professores. E esperamos que o Governo encontre rapidamente uma solução para os professores que tenham menores de 12 anos a cargo".**

**João Dias da Silva na RTP1**



**Clique na imagem para saber mais sobre a Campanha «Teletrabalho em Educação»**

A FNE defenderá também:

- a existência de uma linha de atendimento / aconselhamento sobre cuidados básicos ao nível da saúde (ergonomia, visão, posturas corporais) em contexto de teletrabalho;
- a publicação de guias práticos (regras de etiqueta/atuação) tendo como público-alvo os docentes, alunos e pais/encarregados de educação;
- a criação de um Portal (da responsabilidade do ME / DGE) sobre recursos educativos online;
- a criação de mecanismos (plataforma, micro website, concurso nacional) que permitam a partilha de "Boas Práticas";
- a compensação pelo exercício da função docente em Teletrabalho.





## REGRESSO AO ENSINO PRESENCIAL DEVE SER PRUDENTE

Para a FNE o regresso às aulas presenciais é o desejável, mas a decisão de reabrir as escolas deve depender do parecer das autoridades de saúde.

Numa fase onde o Governo assumiu que o desconfinamento em Portugal começará pelas escolas, a FNE pediu que o regresso às aulas aconteça apenas quando as autoridades de saúde o aconselharem e de forma prudente, incluindo um reforço de medidas contra a pandemia.

A FNE afirmou de novo o seu empenho em que as crianças e jovens portugueses possam regressar ao ensino presencial o mais rapidamente possível sublinhando "a necessidade de se evitarem medidas temerárias, que alguns apressadamente estão a exigir, e que acabem por desencadear um novo pico de infeções de Covid-19, por provocar um novo encerramento das escolas e anular todos os resultados que à evidência se estão a conseguir no período de confinamento que atualmente decorre".

Foi referido ainda pela FNE, perante os riscos crescentes representados por novas e mais transmissíveis variantes do vírus, a necessidade de revisão das orientações do Ministério da Educação e da Direção-Geral da Saúde que guiaram a preparação do ano letivo em setembro do ano passado, considerando que essas já não

são suficientes referindo-se ao distanciamento físico em contexto escolar, ao número de alunos por sala de aula e à realização sistemática de testes antigénio na população escolar. Foram pedidas medidas de segurança adicionais para todas as escolas, a fim de garantir a confiança e o bem-estar dos alunos, professores, funcionários, pais e o público em geral.

Indo mais longe e lembrando até que "é uma recomendação da UNESCO", a FNE reforçou o apelo "para o acesso prioritário às vacinas contra a Covid-19 para os docentes e não docentes" considerando esta como uma medida que não só contribuirá para garantir maior proteção a todos os trabalhadores das escolas, como ainda reduzirá o risco de novas interrupções das atividades letivas presenciais nos próximos meses.

A FNE afirmou ainda que o regresso ao ensino presencial não pode ser ditado por razões de ordem económica, mas que este se torna imperioso, em nome do desenvolvimento e do bem-estar dos nossos alunos e da diminuição das múltiplas desigualdades que o afastamento da escola implica.

**A FNE reforçou o apelo "para o acesso prioritário às vacinas contra a Covid-19 para os docentes e não docentes" considerando esta como uma medida que não só contribuirá para garantir maior proteção a todos os trabalhadores das escolas, como ainda reduzirá o risco de novas interrupções das atividades letivas presenciais nos próximos meses.**

# UM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO QUE RECONHEÇA O EMPENHO, VALORIZE O PROFISSIONALISMO E DIGNIFIQUE A CARREIRA DOS PROFESSORES



A crise que estamos a viver permite-nos ver, de modo muito claro e objetivo, a forma como estão organizadas as nossas escolas e, acima de tudo, como ao longo do tempo não houve o investimento necessário no sistema educativo. Esta crise expôs, com clareza, as fragilidades que já eram bem patentes, mesmo antes dela surgir.

Por ocasião do primeiro confinamento e, de uma semana para outra, os professores, sem qualquer preparação prévia, sem materiais e equipamentos informáticos disponibilizados pelas suas escolas, que também os não tinham, foram “obrigados” a mudar práticas, estratégias e a ter com os seus alunos um distanciamento físico, tão importante e necessário no processo de ensino/aprendizagem.

O ensino a distância passou a ser uma realidade, com todos os constrangimentos e desafios que representou e representa.

Os professores responderam a estes desafios. Tudo fizeram, com muito trabalho e profissionalismo, para acompanharem e trabalharem com os seus alunos. Os professores responderam e bem! Isto mesmo foi reconhecido, publicamente, por muitos que, ano após ano, se ocuparam a tentar fragilizar a imagem social dos professores.

O tempo em que vivemos encarregou-se de mostrar, de forma inequívoca, a importância que temos para o desenvolvimento e futuro do nosso país.

Regressados ao ensino presencial, exigia-se que o Ministério da Educação (ME) tudo fizesse para que, alunos, professores, trabalhadores não docentes e pais encarassem o regresso às escolas com segurança e confiança para o regresso a esta etapa.

Uma vez mais, o ME revelou grande desorientação. As escolas prepararam-se o melhor possível, atendendo ao que tinham e ao que não tinham, com salas de aula pequenas para o número de alunos/turma, sem hipótese de distanciamento necessário, salas de aula sem possibilidade do arejamento necessário, falta de recursos materiais para solução dos problemas que iam surgindo e muita falta de Recursos Humanos – Docentes e Não Docentes, que pudessem atender a cada uma das diferentes situações que se viviam em cada dia.

No passado mês de janeiro, as Escolas, os Professores e os Pais foram confrontados, sem aviso prévio, para uma interrupção de todas as atividades letivas – presenciais e remotas.

Duas semanas de interrupção poderiam ter sido para que o ME dotasse as Escolas e os Professores do necessário, para o novo período de ensino remoto. Que mudou? Praticamente nada.

Todos temos consciência de que nada será igual após esta crise pandémica. Urge preparar a mudança.

À Escola e aos seus Professores muitos desafios se colocam hoje, muitos mais desafios se vão colocar no futuro próximo. Temos a certeza de que o Investimento na Educação é imprescindível para a mudança necessária.

É de toda a justiça que o ME reconheça, valorize e dignifique a carreira dos Professores, que uma vez mais continuam a mostrar que, pelos seus alunos, são capazes de responder com profissionalismo, aos desafios colocados e às mudanças exigidas.

*Lucinda Manuela Dâmaso  
Presidente do SPZN*

# JÚLIO PEDROSA: “A PANDEMIA TEM QUE SER FONTE DE INSPIRAÇÃO”

O Professor Júlio Pedrosa, Presidente do Conselho Geral do ISCTE e Ministro da Educação entre 2001 e 2002, foi o segundo convidado do ciclo de Webinários "Que caminhos para a escola na pós-pandemia", organizado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelo Canal4 da AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho).

Foi com um primeiro alerta de que "o foco vai ter de ser a educação e promoção de aprendizagens que nos habilitem a conhecer melhor quem somos, o mundo e sermos pessoas dignas" que Júlio Pedrosa lançou a sua intervenção neste webinar, que teve na moderação João Dias da Silva (Secretário-Geral da FNE e Presidente da Direção da AFJET) e Josefa Lopes (Presidente do SDPSUL e membro do Secretariado Nacional da UGT, pela FNE).

Ministro da Educação no XIV Governo Constitucional, liderado por António Guterres, Júlio Pedrosa deixou na sua intervenção várias ideias sobre os desafios que a pandemia de COVID-19 está a deixar para a escola não só no presente, como também para o futuro. Desde logo ao destacar o facto de que "a educação é o recurso mais preparado para arranjar soluções para os impactos que este tempo está a criar e que não podem ser enfrentados como circunstâncias transitórias". Daí afirmar, com toda a propriedade, que "a pandemia tem mesmo que ser fonte de inspiração".

E por isso lembrou ainda que "a educação começa em casa. Sempre defendi isto. E depois desenvolve-se em várias redes de educação que criam vários profissionais com missões complexas", acrescentando que o papel da família tem de ser cada vez mais valorizado e pensado.

A conversa prosseguiu e a agulha de assunto virou para a medição das consequências do encerramento das escolas. Segundo Júlio Pedrosa, a diversidade em Portugal já era um desafio (que agora se acentuou), aumentando as desigualdades e obrigando a uma gestão diferente da educação a distância e da utilização das tecnologias, provocando ainda a necessidade de se proceder a ajustamentos nos currículos e a uma formação continuada, adaptada a cada momento. "Temos que olhar para os futuros invisíveis", argumenta Júlio Pedrosa. "Não podemos pensar o futuro sem olharmos para o futuro das metodologias".



fne

QUE CAMINHOS PARA A ESCOLA NA PÓS - PANDEMIA

Ciclo de Webinários  
JAN a ABR 2021 | 17h00 às 18h00

11 de fevereiro

Orador

**Júlio Pedrosa**  
Presidente do Conselho Geral do ISCTE e do Conselho Fiscal da Fundação Bial. Integra o Conselho do ITQB - Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória

f LIVE facebook.com/fneducacao facebook.com/canal4pt

APIET

CANAL - WWW.CANAL4.PT

**“Temos que investir mais nas lideranças. E a educação a distância tem que estar na agenda, para reforçar o ensino que se faz na sala de aula”**

E aqui entra novo alerta sobre o 'fator-família', pois para Júlio Pedrosa "não há política de envolvimento entre as famílias e a escola", sendo por isso mesmo também a pandemia uma boa oportunidade para se corrigir esta situação. "Vamos ter crianças diferentes depois da pandemia", avisa Júlio Pedrosa. "E não podemos esquecer a formação dos pais e encarregados de educação. Temos de criar boas políticas de envolvimento das famílias com as escolas. A confiança mútua é o bem mais escasso da sociedade portuguesa. E deixo aqui um caminho: procurem as metodologias, não as tecnologias".

O orador convidado defendeu ainda que deve entrar na agenda sindical um debate sobre uma maior interação entre as escolas e o ensino superior, de forma que proporcione o desenho de um programa de formação contínua com soluções de proximidade. Tudo isso deve passar "por políticas de envolvimento e por chamadas de atenção sistemáticas para a sociedade. Mas também por dotar as escolas de autonomia, para que aprofundem um sistema educativo diversificado".

Para o ex-Ministro da Educação, nada disto se consegue sem que exista uma valorização e reconhecimento dos profissionais da educação. Por isso as propostas para os vários desafios devem chegar ao debate social e político, de modo que esta oportunidade sirva para alcançar uma estratégia, que permita aumentar a qualidade na educação, sublinhando ainda que "a pandemia exige respostas, qualidade nessas estratégias, na governação autónoma das instituições, na regulação da rede das profissões" que cabem no sistema educativo.

"Temos que investir mais nas lideranças. E a educação a distância tem que estar na agenda, para reforçar o ensino que se faz na sala de aula". Júlio Pedrosa defende uma escola primária de seis anos e reforça que a melhoria e qualidade continuadas da educação são a grande prioridade do nosso sistema educativo, somando a isto uma proposta: "Existir uma rede que ligue o secundário e o ensino superior, uma rede de instituições. A educação tem de apostar neste campeonato e de jogar bem. E isso também passa pela participação do Estado".

Na parte final e após lançarem algumas das muitas questões colocadas pelos participantes desta iniciativa, os moderadores João Dias da Silva e Josefa Lopes referiram em jeito de resumo que "é necessário que os políticos se preocupem com a escola e que o futuro passa por uma grande aposta na formação das pessoas. E aí a educação é o recurso mais sólido".

A concluir, João Dias da Silva realçou que "a mensagem que retiramos é que temos que meter pés ao caminho, encontrar o interlocutor certo, pois a qualidade da educação passa por profissionais valorizados e a FNE não vai desistir de colocar na agenda os desafios hoje aqui referidos".

**Reveja aqui a intervenção de Júlio Pedrosa, segundo convidado do ciclo de Webinários "Que caminhos para a escola na pós-pandemia".**

**"A pandemia exige respostas, qualidade nessas estratégias, na governação autónoma das instituições, na regulação da rede das profissões", afirmou Júlio Pedrosa**



facebook.com/fneducacao  
facebook.com/canal4pt

# COUTO DOS SANTOS: “FALTA UMA VISÃO INTEGRADA DA EDUCAÇÃO”

“Há uma falta de visão integrada da Educação, parece que se vive aos ziguezagues”. O grito de alerta é do Eng<sup>o</sup> Couto dos Santos, ex-Ministro da Educação (ME) entre 1992 e 1993, e terceiro convidado do ciclo de Webinários "Que caminhos para a escola na pós-pandemia", organizado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelo Canal4 da AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho).

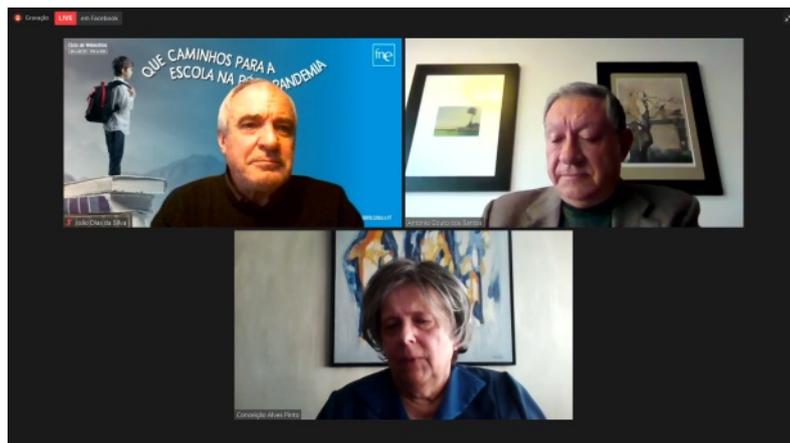
O webinário decorreu em 25 de fevereiro, do corrente ano, e teve como moderadores o Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva e Conceição Alves Pinto, Professora Catedrática em Educação e Presidente do Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa (SDPGL).

Couto dos Santos abriu este webinário de forma muito direta criticando o facto de em Portugal não se discutir estrategicamente a Educação: “Não há pressão junto do poder político, para que este atue em função dos problemas concretos. Nesta ausência de crítica positiva, que abrange a oposição e o silêncio dos *media*, também os pais deveriam ser mais acutilantes”. Por lado inverso, o orador deixa um elogio aos sindicatos, que já se encontram no patamar das condições de trabalho, das competências, e não só com preocupações com tabelas salariais”.

## “SE EU FOSSE DIRETOR DEDITIA-ME”

O ex-ME lembra que assumiu o Ministério da Educação no papel de político e de gestor educativo, porque tinha uma excelente equipa de Secretários de Estado. Couto dos Santos não se cansa de sublinhar que os professores são a base do sistema educativo e considera "inadmissível que eles tenham de suportar os custos das aulas a distância, situação que mostra bem a consideração do Governo pelos docentes e o porquê de não quererem fechar logo as escolas, pois não tinham cumprido a promessa de adquirir os computadores necessários".

Em sua opinião, a falta de diálogo e a indiferença dos políticos e da sociedade com os trabalhado-



res da educação demonstram uma arrogância e um comportamento inaceitável em democracia.

“Há que caminhar para um novo Estatuto da Carreira Docente (ECD)”, afirma Couto dos Santos, com certeza. “A carreira tem que ser convidativa, reconhecida e bem remunerada”. Para que isso aconteça, é necessário adotar um modelo prospetivo, que responda ao envelhecimento docente, com um novo sistema de avaliação e de progresso e com o alargamento das competências do diretor. Para Couto dos Santos, é preciso repensar o modelo de recrutamento e as condições de acesso à formação inicial dos professores (exigindo os melhores alunos), e oferecer formação complementar em condições reais. E depois é imprescindível que os professores tenham vocação para a profissão.

Em segundo lugar, urge reforçar a autonomia da escola, pois temos uma cultura centralizadora, alimentada pelo poder político, que sufoca as escolas. A escola tem de ter lideranças fortes e um orçamento próprio, que permita uma autonomia financeira para equipamentos e estruturas, para contratar pessoal técnico e flexibilidade na contratação para substituições de pessoal docente. Couto dos Santos é mordaz quando se refere à Lei da Municipalização, “feita por alguém que não gosta da escola ou então por caciquismo. Basta ler o nº4 do art.11º para perceber a confusão. Se eu fosse Diretor demitia-me. Nunca se viu regular uma lei por protocolo”.

**«A falta de diálogo e a indiferença dos políticos e da sociedade com os trabalhadores da educação demonstram uma arrogância e um comportamento inaceitável em democracia».**

Uma parte integrante do novo ECD deveria cuidar das matérias relacionadas com a transição digital, que vai trazer muita inovação e transformação às escolas. No entanto, “faltam valores no Plano de Transição e os jovens em idade escolar precisam de ser formados”. E por fim, temos que promover os estilos de vida saudável, a literacia da saúde e a literacia digital, que são muito relevantes hoje e para o futuro: “A escola devia ter um ideário para a excelência. Temos que apostar numa cultura para termos saudade da escola. As emoções são muito importantes no desenvolvimento da escola. E temos que valorizar os professores, porque eles são os escultores dos alunos”.

Uma outra ferida na educação é que o Ensino Básico e o Ensino Secundário não podem estar desligados do Ensino Superior: “Há demasiadas tutelas políticas, mas o Básico e o Secundário deveriam ser mais cooperantes com o Superior. E o ME deveria valorizar e promover mais o ensino e formação profissional, com escolas autónomas”.

### “SITUAÇÃO DOS PROFESSORES É DRAMÁTICA”

Couto dos Santos olha o sistema educativo em três prismas: político, de gestão e científico-pedagógico: “Pelo prisma político tem sido um desastre nos últimos anos, com todos os partidos. Sob o ponto de vista de gestão necessitamos de tecnologias, um novo quadro de formação de professores, um melhor desenho do sistema e interlocutores regionais. A única área onde estamos bem é na científico-pedagógica, pois temos bons pedagogos, cientistas, investigadores e professores”.

Para a moderadora Conceição Alves Pinto, foi um “enormíssimo gosto” escutar Couto dos Santos: “Fui ver os acordos celebrados enquanto foi ME e encontrei coisas extraordinárias. Como pelo menos nove portarias discutidas com todos os seus articulados. Este diálogo e cooperação séria com as organizações sindicais foi uma coisa que desapareceu completamente do sistema. Havia o reconhecimento do outro, do construir em conjunto. Senti-me neste webinar a encontrar o futuro que desejamos”.

O ex-Ministro referiu por sua vez que os jovens têm apetência para o digital, mas não são da geração digital: “É preciso uma confiança de fundo, não uma desconfiança. Mas temos em Portugal uma cultura de desconfiança: nas escolas, nos professores e até nos alunos”.

João Dias da Silva tomou a palavra introduzindo algumas questões colocadas pelos participantes. Couto dos Santos devolveu as respostas: “Fui sindicalista quatro anos e sei muito bem que o verdadeiro diálogo acontece quando existe confiança, seriedade, verdade, entre as partes. O comportamento prévio de quem se senta na mesa das negociações é crucial. Ora, o que se passa hoje não faz sentido. Mas a culpa não é só do governo: estamos num deixa andar permanente e depois partimos para um individualismo sem coletivo”.

No parecer de Couto dos Santos, “a situação dos professores é dramática, não há estratégia não há nada. E depois o discurso enviesado leva a sociedade a colocar-se do lado oposto dos professores. O poder político precisa dos professores para resolver os problemas. Tudo farei para que esta situação mude, pois tenho o receio de irmos a pagar isto mais tarde. Temos que priorizar a educação em conjunto com a sociedade civil. Da forma como as coisas estão a ser feitas estamos a cometer um crime para as gerações futuras”.

No encerramento do webinar, João Dias da Silva sublinhou que “não chega despejar computadores nas escolas. Temos de encontrar respostas no imediato, mas também temos que olhar para a frente”.

Reveja aqui a conversa com Couto dos Santos na abertura do ciclo de Webinários “Que caminhos para a escola na pós-pandemia”, organizado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelo Canal4 da AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho).

**«A situação dos professores é dramática, não há estratégia não há nada. E depois o discurso enviesado leva a sociedade a colocar-se do lado oposto dos professores. O poder político precisa dos professores para resolver os problemas».**



facebook.com/fneduca  
facebook.com/canal4pt

# EDUARDO SÁ: “ENSINO-APRENDIZAGEM E DISTÂNCIA LIGAM MAL”

No âmbito das comemorações do 35º aniversário, o SDPSUL realizou um webinar com o Psicanalista Eduardo Sá, sobre o tema “A Influência da Pandemia nas Crianças e nos Jovens”, que contou com as participações da Presidente do Sindicato Josefa Lopes, do Vice-Presidente Paulo Fernandes, e com João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE.

Josefa Lopes, Paulo Fernandes e João Dias da Silva deixaram, na sessão de abertura, uma nota sobre a situação político-sindical do momento, com especial relevo para a falta de equipamentos tecnológicos para o ensino remoto de emergência e com a necessidade legislativa absoluta de uma solução para os professores a trabalhar a distância com filhos em casa. Mas ficou ainda o alerta de que reivindicações como a recuperação total do tempo de serviço, as questões da aposentação, do reconhecimento e rejuvenescimento da carreira docente ou dos concursos, estão sempre na primeira ordem do dia.

Ao orador convidado foi, de imediato, lançado o desafio de ajudar a compreender de que forma a pandemia teve influência nos afetos, emoções, relacionamentos, na evolução das aprendizagens e no desenvolvimento integral das crianças e jovens portugueses. Eduardo Sá começou por apontar os professores como o elo fundamental no processo de manutenção das ligações entre alunos e a escola, quer pelo excepcional trabalho no ensino a distância, quer no presencial, reinventando metodologias quase sem meios e acentuando o espírito de missão, mesmo ao conviver com situações incomuns, por vezes bizarras.

"A pandemia fez emergir linhas muito importantes. Mas percebeu-se claramente que as tecnologias em nada substituem o contacto presencial", acrescentando que "a formação de professores devia ser sempre uma urgência, acabando por se passar uma ideia de que se pode exigir tudo aos professores, sem lhes dar os meios necessários. E isto para mim é uma grande falta de respeito".

Sobre os efeitos da pandemia nos comportamentos, Eduardo Sá destacou positivamente "o facto

de os nossos filhos estarem privados da liberdade fez com que passassem a dar-lhe valor", mas por outro lado sublinhou custos escolares no futuro, por exemplo: "Os mais pequenos vão entrar mais 'combalidos' no próximo ano letivo". Mas ao nível de adolescentes há alguns ganhos, porque vão deixar de se fechar tanto neles e ter assim um banho de humildade, para perceber como precisamos uns dos outros". Porém, Eduardo Sá também os elogia, pelo "banho de cidadania que também demonstraram".

Uma coisa é certa: para o orador convidado do 35º aniversário do SDPSUL, “ensino-aprendizagem e distância ligam mal. Os alunos precisam de um rosto que faça pensar e os desafie a conhecer. Por isso, "a riqueza do presencial não é substituível pelo ensino a distância", aconselhando a que a situação atual de pandemia nos permita "perceber o que realmente queremos da escola".

Eduardo Sá alertou para o recurso a antidepressivos em idades cada vez mais novas, criticando ainda a exigência horária das aulas, praticamente das 8h às 20h, que desgastam os alunos a pontos extremos, de uma forma "quase industrial". Em seu entender, "no futuro nada vai ficar igual, pelo que temos de ponderar como queremos que a escola responda a todos os novos desafios e permaneça o local onde se criam pessoas melhores".

**«A formação de professores devia ser sempre uma urgência, acabando por se passar uma ideia de que se pode exigir tudo aos professores, sem lhes dar os meios necessários. E isto para mim é uma grande falta de respeito»**

SDP SUL  
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES DO SUL  
35º ANIVERSÁRIO  
fne

10 FEVEREIRO  
WEBINAR  
PARA LÁ DA PANDEMIA...

"A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA NAS CRIANÇAS E NOS JOVENS"

PALESTRA

Perguntas & Respostas

EDUARDO SÁ  
Psicanalista  
Presidente do SDPSUL

JOSEFA LOPES  
Presidente do SDPSUL

PAULO FERNANDES  
Vice-Presidente do SDPSUL

JOÃO DIAS DA SILVA  
Secretário-Geral do SDPSUL

WWW.SDPSUL.COM

17H00

# SEM CULPA, COM RESPONSABILIDADE

Vivemos mais um momento particularmente exigente nesta pandemia COVID-19, senão mesmo o momento mais exigente de toda esta grave crise. Do nosso comportamento, empatia e solidariedade, enquanto cidadãos, e do nosso compromisso, empenho e trabalho, temos respondido “presente”, mesmo nas circunstâncias mais difíceis e complexas.

Compreendemos a fadiga pandémica, numa altura em que todos os profissionais da educação estão tão fragilizados, exaustos fisicamente e emocionalmente.

Por vezes os trabalhadores não docentes manifestam que não têm condições, atendendo ao estado peculiar que atravessamos. Devemos estar unidos num só objetivo e havendo vontade, tal como sempre tem sido demonstrado por todos, consegue-se sempre fazer as coisas.

Sabemos que a situação que atravessamos é grave. Grave a vários níveis... é grave em termos de saúde física, psicológica e emocional e grave naquilo que poderão ser as consequências futuras de tantas mudanças e adaptações num curto espaço de tempo, que ainda não são conhecidas.

Fica-nos o medo da incerteza pelo futuro que não conseguimos planejar. No entanto sabemos que, dentro de cada um de nós, existe a resiliência de um “eu vou conseguir”.

O que os trabalhadores não docentes sentem é perfeitamente normal, não é sinónimo de serem mais fracos ou mais vulneráveis, é um sinal de serem pessoas a precisarem de alento e compreensão. Escutá-los, acolhê-los e ao mesmo tempo sermos todos empáticos uns com os outros e com aquilo que estamos a viver.

A importância do reconhecimento, que não tem que ser obrigatoriamente monetário. A consequência desse quase desprezo pelo que fazem será termos profissionais desmotivados, despersonalizados, sobre aquilo que é a sua atividade e isso terá certamente repercussões na atividade profissional.

Todos, de uma forma mais ou menos aguda, sentimos cansaço pandémico. É de extrema importância aceitar que tal pode acontecer, normalizá-lo, e compreendermos que há razões para estarmos cansados. No entanto é necessário acreditarmos que tudo isto tem um sentido, significa um bem maior para todos. Devemos pensar que a minha atitude, por mais pequena que ela seja, tem um grande impacto na luta contra esta pandemia.

A escola não é apenas um espaço de aprendizagem, é muitas vezes um espaço de proteção social.

Dizer “obrigada” a todos os trabalhadores não docentes que hoje veem acrescidos, aos desafios

personais e familiares que todos os cidadãos enfrentam, desafios profissionais imensos e intensos marcados pelo agravar da situação das pessoas, famílias e comunidades com quem trabalham, muitas vezes sem o necessário reforço dos recursos disponíveis no terreno.

O medo que trabalhadores não docentes vivem para além da pandemia. A trabalhar nas mesmas condições que o teletrabalho condiciona, ou sem direito ao teletrabalho, porque as suas funções não o permitem, são muitas vezes pressionados, ainda que em voz própria, a conseguir realizar o seu trabalho cumprindo objetivos, sem que esses objetivos sejam adequados às condições de uma inesperada pandemia.

Os dias correm, as condições alteram-se de dia para dia, mas os números são frios e para alguns em situações de precariedade, no final do contrato e contas feitas, continua quem, em tempos de uma triste pandemia, conseguiu cumprir metas irrealistas e inadequadas à verdadeira situação que se vive no local de trabalho, no país e no mundo.

O STAAE-ZN continuará a apoiar todos os trabalhadores não docentes e a informar os decisores sobre os impactos desta pandemia, não só para a prevenção e resolução dos desafios complexos que enfrentamos, mas também para os vindouros, na reconstrução do país. Todos fazemos parte.

Esta luta não pode ter tréguas e o apelo mantém-se: continuemos informados e cooperantes, focados e disponíveis. Unamo-nos enquanto profissionais, dando o exemplo de empenho e de motivação que todos precisamos. Unidos ultrapassaremos este grande desafio.

Quero dizer obrigada a todos os trabalhadores não docentes por todo o esforço e trabalho que têm feito no terreno, nas mais diversas áreas e contextos de atuação, contribuindo para a elevação da Educação.



**Rita  
Nogueira,  
Presidente  
do STAAE-ZN**

**FUNCIONÁRIOS  
ESCOLA  
TAMBÉM EPUCAM**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

**STAE**  
ZONA NORTE

**STAE**  
ZONA CENTRO

**STAE**  
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

# FORMAÇÃO VOCACIONAL DURAMENTE ATINGIDA PELA PANDEMIA

Um novo relatório baseado numa pesquisa da OIT, Banco Mundial e Unesco, sobre educação e formação técnico-profissional (TVET), destaca os desafios lançados pela pandemia COVID-19, bem como as inovações que entretanto surgiram no ensino e aprendizagem.

De acordo com uma pesquisa global a mais de 1.350 provedores de formação técnica e vocacional educativa (TVET) muitos países e escolas profissionais estavam insuficientemente preparados para responder às restrições resultantes da crise, embora alguns tenham mudado rapidamente para uma oferta de ensino a distância.

A maioria dos entrevistados relatou interrupções na formação, em particular na aprendizagem em contexto de trabalho, devido ao encerramento de empresas, bem como ao cancelamento de exames de avaliação e certificação.

No entanto, desde o início da crise, começaram a surgir inovações no ensino e na aprendizagem, afirma o relatório “Desenvolvimento de competências no tempo do COVID-19: Balanço das respostas iniciais na educação e formação técnica e profissional”.

A pesquisa cobriu provedores de TVET, legisladores e parceiros sociais em 126 países, entre 5 de abril e 15 de maio de 2020.

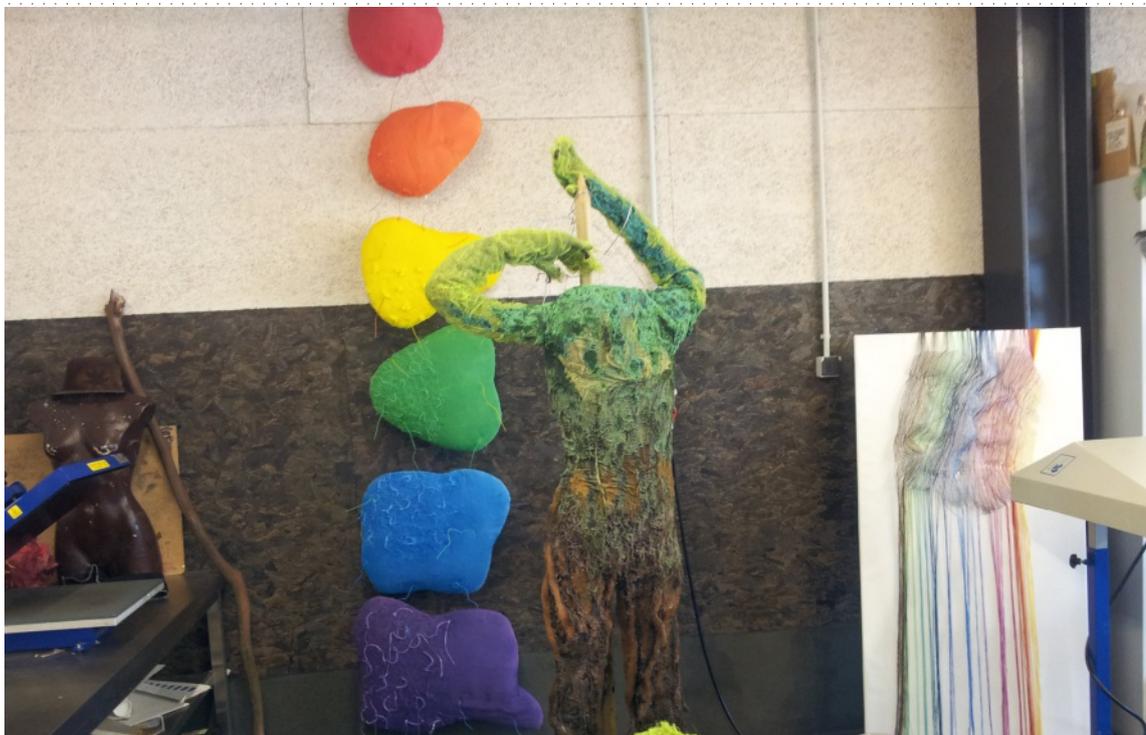
A TVET oferece educação e formação em diferentes níveis de certificação, relacionados com uma ampla gama de opções de emprego, incluindo, entre outros, canalizadores, eletricitas, vendedores, programadores e bancários.

A natureza prática e manual dos programas de formação criou, sem dúvida, desafios específicos.

No início da pandemia, poucos países e fornecedores de formação vocacional tinham equipamento, conectividade, software, plataformas de aprendizagem remota e recursos pedagógicos suficientes.

Além disso, a maioria dos alunos e tutores não tinha inicialmente as competências digitais necessárias para se adaptar. Daí não ser estranho que a mudança para o ensino remoto tenha sido um processo de se aprender fazendo.





**No início da pandemia, poucos países e fornecedores de formação vocacional tinham equipamento, conectividade, software, plataformas de aprendizagem remota e recursos pedagógicos suficientes.**

**Além disso, a maioria dos alunos e tutores não tinha inicialmente as competências digitais necessárias para se adaptar.**

Os exemplos destacados no relatório mostraram o desenvolvimento de opções de aprendizagem e avaliação flexíveis, variando de soluções de alta a baixa tecnologia ou mesmo sem tecnologia sequer. Isso inclui o uso de plataformas off-line, incluindo canais de televisão nacionais, para disseminar conhecimento prático em vários países, incluindo a República Democrática do Congo, Madagascar e Paquistão, e o desenvolvimento de guias de aprendizagem individualizados e avaliações virtuais de competências.

Em alguns países, os alunos filmaram vídeos e fizeram fotos de tarefas práticas realizadas em casa e enviaram-nos depois para plataformas virtuais.

Também surgiram novas parcerias público-privadas, incluindo o fornecimento de equipamento digital a professores e alunos desfavorecidos.

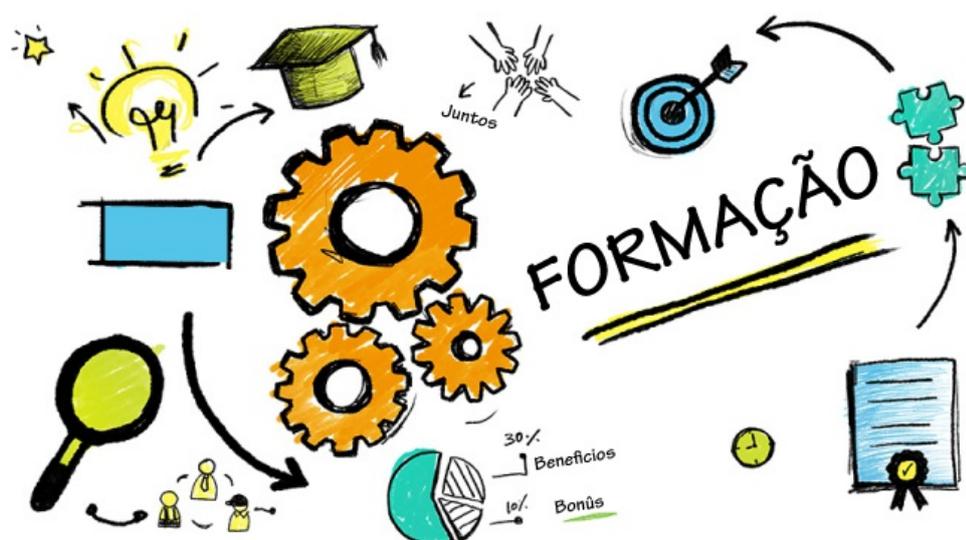
Alguns países também adotaram novas medidas políticas para garantir que os sistemas de TVET

ficassem melhor preparados para choques futuros.

No entanto, o relatório destaca que embora mais de dois terços dos provedores de TVET relatassem que estavam ministrando formação inteiramente por métodos remotos durante a pandemia muito poucos em países de baixa renda conseguiram fazer essa transição.

Os problemas de acesso relacionados com as modalidades de aprendizagem remota online e com as infraestruturas nacionais podem deixar os alunos em desvantagem para trás, a menos que sejam tomadas medidas adequadas para superar a exclusão digital, alerta o relatório.

Provedores de formação, formuladores de políticas, sindicatos e outras partes interessadas estão agora a tentar perceber a importância de se implementar medidas para melhorar a resiliência dos sistemas de formação de competências, para que se possam precaver e continuar a oferecer formação durante eventuais crises futuras.



# DICAS PARA TRABALHAR EM TELETRABALHO COM MAIS QUALIDADE

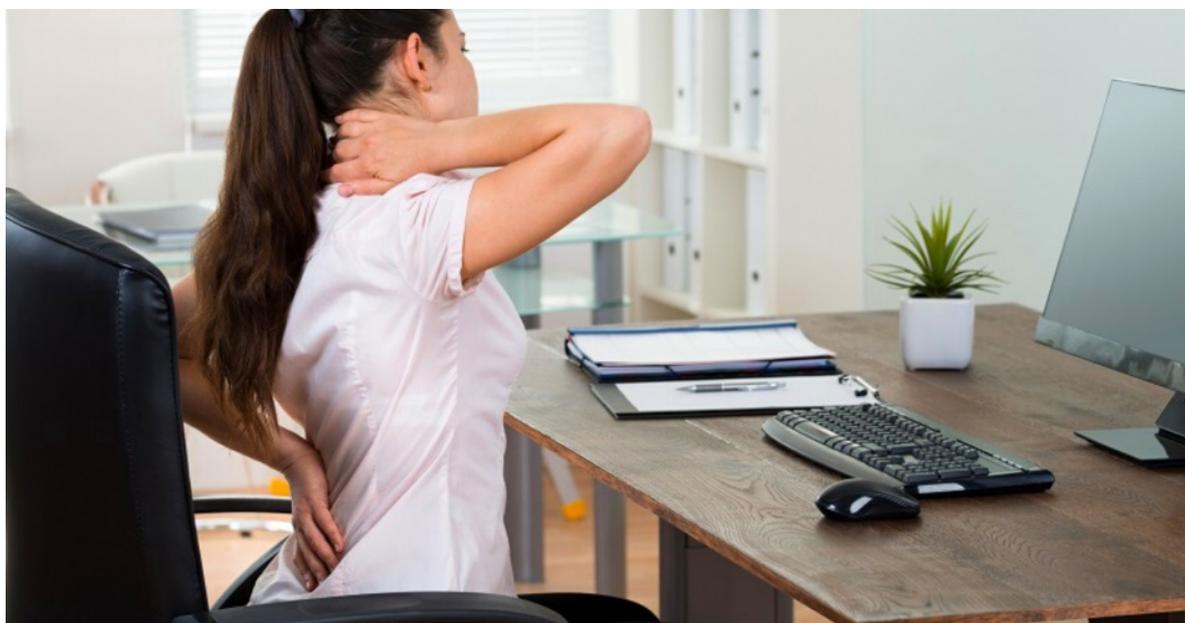
Num contexto educativo em que o ensino remoto de emergência é o recurso utilizado para dar seguimento ao ano letivo, muito é física e mentalmente exigido a professores, alunos e famílias que, em casa, tentam reorientar o espaço e o tempo para proporcionar uma melhor experiência de aprendizagem e melhor qualidade no ensino.

Com as aulas presenciais ainda sem data marcada, a FNE deixa aqui algumas dicas para um ensino a distância mais produtivo e com maior ênfase na saúde:

- . Escolha um ambiente favorável e adequado
- . Adote as posturas corporais certas
- . Trabalhe com o equipamento certo
- . Defina um plano com objetivos
- . Faça micropausas regulares e alongue braços e pernas

- . Crie momentos informais com os seus colegas
- . Defina regras com a sua família para os horários de trabalho
- . Faça um esforço para manter o contacto e comunicar com os colegas
- . Seja sincero sobre seus períodos de indisponibilidade
- . Priorize os seus meios de comunicação com os seus colegas ou equipa
- . Garanta a segurança do seu computador
- . Treine e adapte-se às várias novas situações que o teletrabalho proporciona
- . Encontre o equilíbrio certo entre trabalho e vida pessoal
- . Faça exercício regularmente

Fonte: <https://www.mgen.fr/>



# DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 JAN. A 25 FEV. DE 2021

[Resolução da Assembleia da República n.º 9/2021  
DR n.º 18/2021, - Série I de 2021-01-27](#)

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo a realização de um plano de ação para uma escola renovada.

[Decreto do Presidente da República n.º 9-A/2021  
DR n.º 19/2021, 1.º Suplemento  
Série I de 2021-01-28](#)

Presidência da República  
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República n.º 14-A/2021  
DR n.º 19/2021 - 1.º Suplemento, Série I de 2021-01-28](#)

Assembleia da República  
Autorização da renovação do estado de emergência.

[Decreto n.º 3-D/2021 - DR n.º 20/2021  
1.º Suplemento, Série I de 2021-01-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros  
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Portaria n.º 25-A/2021 - DR n.º 20/2021  
3.º Suplemento, Série I de 2021-01-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros  
Estabelece os serviços relevantes para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais.

[Resolução da Assembleia da República n.º 22/2021  
DR n.º 21/2021 - Série I de 2021-02-01](#)

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo a integração de assistentes operacionais precários na escola pública.

[Decreto-Lei n.º 10/2021 - DR n.º 21/2021  
Série I de 2021-02-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros  
Estabelece a atualização da base remuneratória da Administração Pública e o valor do montante pecuniário correspondente aos níveis 5, 6 e 7 da tabela remuneratória única.

[Lei n.º 4-B/2021 - DR n.º 21/2021  
1.º Suplemento, Série I de 2021-02-01](#)

Assembleia da República  
Estabelece um regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.

[Resolução da Assembleia da República n.º 31/2021  
DR n.º 22/2021 - Série I de 2021-02-02](#)

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo que divulgue informação sobre a COVID-19 em contexto escolar e desenvolva um programa de rastreio.

[Resolução da Assembleia da República n.º 35/2021  
DR n.º 22/2021 - Série I de 2021-02-02](#)

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo a adoção de medidas para travar o aumento das desigualdades estruturais de género desencadeadas pelos impactos socioeconómicos da COVID-19.

[Resolução da Assembleia da República n.º 38/2021  
DR n.º 23/2021 - Série I de 2021-02-03](#)

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo a elaboração de um estudo nacional rigoroso sobre o trabalho infantil em Portugal, com vista à sua total erradicação.

[Resolução da Assembleia da República n.º 40/2021  
DR n.º 23/2021 - Série I de 2021-02-03](#)

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo que informe os cidadãos sobre as melhores práticas de utilização corrente de material de proteção individual, como máscaras, viseiras ou luvas, e que incentive a opção por material reutilizável.

[Resolução da Assembleia da República n.º 41/2021  
DR n.º 23/2021 - Série I de 2021-02-03](#)

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo a disponibilização de testes COVID-19 gratuitos a professores, trabalhadores não docentes e alunos.

[Resolução da Assembleia da República n.º 46/2021  
DR n.º 23/2021 - Série I de 2021-02-03](#)

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo que adote medidas de prevenção e de resposta à violência em contexto escolar.

[Resolução da Assembleia da República n.º 48/2021  
DR n.º 24/2021 - Série I de 2021-02-04](#)

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo a contratação de mais professores, técnicos especializados e trabalhadores não docentes para a escola pública.

[Resolução do Conselho de Ministros  
nº 8-B/2021 - DR nº 24/2021](#)

[1º Suplemento, Série I de 2021-02-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros  
Autoriza a realização da despesa com a aquisição de computadores e conectividade.

[Decreto-Lei nº 10-B/2021 - DR nº 24/2021](#)

[2º Suplemento, Série I de 2021-02-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros  
Estabelece medidas excepcionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, para 2021.

[Resolução da Assembleia da República nº 57/2021](#)

[DR nº 25/2021 - Série I de 2021-02-05](#)

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo que garanta a simplificação da comunicação entre os vários atores educativos e entre os diferentes níveis de ensino.

[Declaração de retificação de anúncio nº 40/2021](#)

[DR nº 26/2021 - Série II de 2021-02-08](#)

Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência  
Aquisição de conectividade destinada a alunos de estabelecimentos de ensino públicos abrangidos pela Ação Social Escolar e a docentes.

[Decreto do Presidente da República nº 11-A/2021](#)

[DR nº 29/2021 - 1º Suplemento](#)

[Série I de 2021-02-11](#)

Presidência da República  
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República](#)

[nº 63-A/2021 - DR nº 29/2021](#)

[1º Suplemento, Série I de 2021-02-11](#)

Assembleia da República  
Autorização da renovação do estado de emergência.

[Despacho nº 1689-A/2021 - DR nº 30/2021](#)

[1º Suplemento, Série II de 2021-02-12](#)

Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação  
Altera o calendário de funcionamento das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de ensino e o calendário das provas e exames, aprovados pelo Despacho nº 6906-B/2020, de 2 de julho, publicado no DR, 2.ª série, nº 128, 2.º suplemento, de 3 de julho de 2020.

[Decreto-Lei nº 14-A/2021 - DR nº 30/2021](#)

[2º Suplemento, Série I de 2021-02-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros  
Estabelece medidas excepcionais e temporárias relativas ao setor das comunicações eletrónicas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Decreto nº 3-E/2021 - DR nº 30/2021](#)

[2º Suplemento, Série I de 2021-02-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros  
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Aviso nº 2843/2021 - DR nº 33/2021](#)

[Série II de 2021-02-17](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Eleição do presidente e vice-presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior.

[Aviso \(extrato\) nº 2856/2021](#)

[DR nº 33/2021, Série II de 2021-02-17](#)

Educação - Instituto de Avaliação Educativa, I. P.  
Prorrogação da Equipa Multidisciplinar de Estudos Internacionais de Avaliação de Alunos.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)

[nº 10-B/2021 - DR nº 33/2021](#)

[1º Suplemento, Série I de 2021-02-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros  
Reafeta até ao final do ano letivo de 2020-2021 a reserva de capacidade no Multiplexer A da televisão digital terrestre para a emissão do #EstudoEmCasa - Ensino Secundário.

[Decreto-Lei nº 14-B/2021 - DR nº 36/2021](#)

[Série I de 2021-02-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros  
Alarga o apoio excepcional à família no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais.

[Despacho nº 1992/2021 - DR nº 37/2021](#)

[Série II de 2021-02-23](#)

Gabinetes da Ministra da Cultura e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
Cria o Programa Ciência no Património Cultural.

[Assembleia da República](#)

Declaração de Retificação à Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro, «Orçamento do Estado para 2021», publicada no DR, 1.ª série, nº 253, suplemento, de 31 de dezembro de 2020.

[Despacho nº 2053/2021 - DR nº 38/2021](#)

[Série II de 2021-02-24](#)

Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação  
Procede à segunda alteração do Despacho nº 779/2019, de 18 de janeiro. [Define as prioridades de formação contínua dos docentes, bem como a formação que se considera abrangida na dimensão científica e pedagógica]

[Despacho nº 2056/2021 - DR nº 38/2021](#)

[Série II de 2021-02-24](#)

Gabinete da Secretária de Estado da Educação  
Altera o Despacho nº 7424/2018, de 6 de agosto. [Reconhecimento da profissionalização em serviço mediante a conclusão do curso ministrado pela Universidade Aberta]

[Decreto do Presidente da República nº 21-A/2021](#)

[DR nº 39/2021, 2º Suplemento](#)

[Série I de 2021-02-25](#)

Presidência da República  
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República nº 69-A/2021](#)

[DR nº 39/2021, 2º Suplemento](#)

[Série I de 2021-02-25](#)

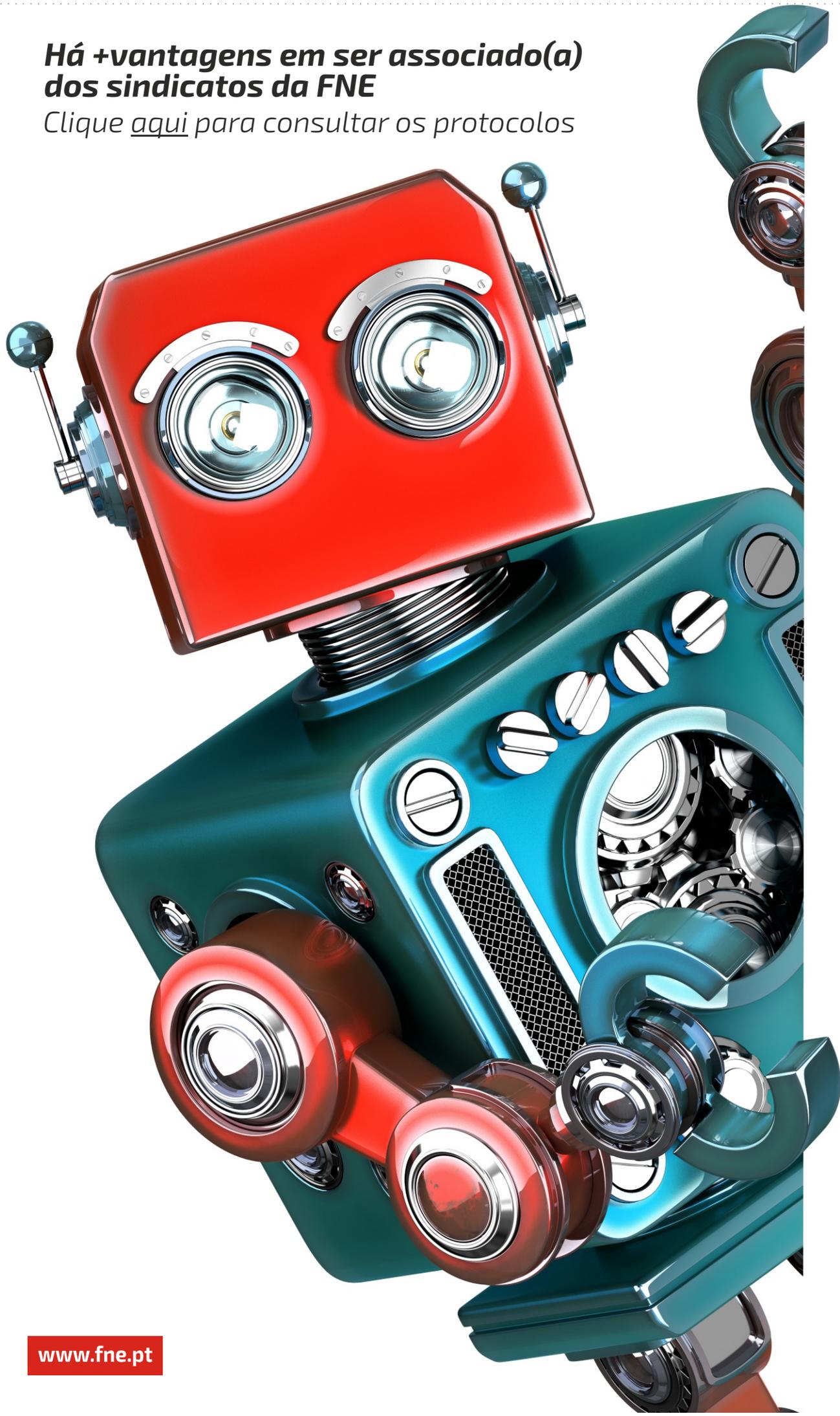
Assembleia da República  
Autorização da renovação do estado de emergência.



+vantagens fne

## **Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE**

Clique [aqui](#) para consultar os protocolos



# QUE CAMINHOS PARA A ESCOLA NA PÓS-PANDEMIA



## Ciclo de Webinários

com ex-Ministros da Educação

JAN a ABR 2021 | 17h00 às 18h00

JANEIRO

14



### Eduardo Marçal Grilo

Presidente do Conselho Geral da Universidade de Aveiro

FEVEREIRO

11



### Júlio Pedrosa

Presidente do Conselho Geral do ISCTE

25



### António Couto dos Santos

CEO empresarial e consultor de empresas

MARÇO

11



### David Justino

Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa

25



### Nuno Crato

Professor Catedrático de Matemática e Estatística da Universidade Nova

ABRIL

8



### Margarida Mano

Vice-Reitora da Universidade Católica para a Qualidade e Inovação